

SOBRE A SEÇÃO OPINIÃO

A **Revista de Saúde Mental e Subjetividade** inaugura neste seu número 28 mais uma seção, com a preocupação de facilitar uma atividade muito importante desde sempre, mas que, nos nossos tempos, faz-se ainda mais urgente: a *inclusão social*.

Como sugere o termo, a inclusão social opõe-se à exclusão no processo de socialização e traduz-se como um empenho na aplicação de medidas que garantam ou promovam a compreensão sobre o “outro”, que é discriminado por “alguma diferença” mal compreendida. A exclusão social é sofrida por indivíduos, grupos ou comunidades minoritárias que, por motivos diversos – cor de pele, diferenças étnicas e/ou religiosas, orientação sexual, gênero, idade, poder aquisitivo, estigmas morais e estéticos, etc. -, sofrem discriminações sociais.

A inclusão social, ao contrário, promove ações visando, primeiramente, o conhecimento sobre tais indivíduos ou grupos “marginalizados” (que ficam à margem da sociedade e da cidadania). O conhecimento reduz a ignorância sobre o “outro” e sobre o que não se conhece, promove a tolerância, o respeito, a empatia e, conseqüentemente, favorece a participação efetiva de indivíduos e grupos excluídos, resultando em maior participação cidadã dos mesmos, e em melhor convivência com as diferenças humanas e com a diversidade social. E afinal, a compreensão sobre diferenças humanas e sociais precisa ser relativizada, assim como a compreensão sobre a diversidade humana precisa ser melhor valorizada na nossa sociedade brasileira, considerando que, na prática, somos uma verdadeira e rica colcha de retalhos.

Naturalmente, fazemos aqui um recorte epistemológico sobre a ampla noção de inclusão social. Para efeito do perfil da nossa Revista, bem entendido: queremos ouvir o que indivíduos e grupos marginalizados têm a dizer sobre *saúde mental* - como esses indivíduos e grupos cuidam de mantê-la ou como perdem-na - queremos ouvir as suas opiniões e, quem sabe, suas sugestões. Afinal, o sofrimento discriminatório compromete grandemente a saúde mental de todos; queremos, portanto, conhecer esses indivíduos e grupos, ouvindo o que eles têm a dizer.

Além da orientação sobre inclusão social, inserimos aqui outra concepção orientadora para esta nova seção, concepção esta, de alguma forma associada àquela, que é a de *indivíduo coletivo*. A sociedade moderna ocidental opõe indivíduo e coletivo como as duas faces da mesma moeda, mas não é assim em todas as sociedades humanas. Não pretendo alongar-me teoricamente aqui sobre esse conceito, que é uma concepção tão antiga quanto ampla. Grosso modo, entendemos que necessidades e desejos de uma pessoa traduzem as experiências do indivíduo e, diversamente, necessidades e desejos de um grupo traduzem

experiências do coletivo; no entanto, alguns indivíduos podem representar necessidades e desejos de um coletivo, são expressão do grupo e eles tornam-se, então, consciente ou inconscientemente, porta-vozes da coletividade discriminada, na qual estão inseridos. Para não irmos muito longe, o indivíduo coletivo é fortemente percebido entre os povos indígenas brasileiros; conforme sabemos, os povos indígenas brasileiros não são orientados pela matriz do pensamento moderno ocidental, e quando eles falam, não expressam o eu, mas o nós, fato observável sobretudo entre as comunidades indígenas que têm menor contato com a civilização moderna ocidental.

Enfim, ilustramos, assim, muito rapidamente, ambas as orientações e voltamos à nossa seção. Estamos inaugurando a *Seção Opinião* com a expressão de um porta voz de uma coletividade, um jovem que quer ser ouvido; jovens adolescentes constituem, na nossa sociedade, um segmento social negativamente estigmatizado, mal conhecido e, por isso, mal compreendido. O autor do relato da Seção Opinião deste número tem algo a dizer sobre saúde mental, vale a pena ouvi-lo.

Dra. Gláucia Buratto Rodrigues de Mello.
Editora responsável